

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Comércio Class.: 198

Data: 06/09/98 Pg.: \_\_\_\_\_

940  
**CPI ouve Leoni sobre  
atuação na Amazônia**

BRASÍLIA — O secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Pedro Paulo Leoni Ramos, foi ontem, pela terceira vez consecutiva, ao Congresso Nacional para depor em uma comissão. Desta vez, ele fez um relato sobre as atividades do Governo na Amazônia, para os parlamentares que integram a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) destinada a verificar a existência de aeroportos clandestinos e a atuação de missões religiosas estrangeiras na área de garimpagem de Roraima, o que pode provocar a internacionalização da região.

Segundo o secretário, o Governo e a própria sociedade não podem se descuidar dos destinos da Amazônia, “para que não se transformem a cobiça e a ganância externas em desafios ou agressões a serem enfrentados. Isto porque, indepen-

dentemente de intenções ou ações externas, a Amazônia é Brasil e sempre será Brasil”, afirmou Leoni.

Ele disse que o Governo está atento e atuante, para transformar a Amazônia em uma região com níveis de desenvolvimento compatíveis com “o que sugerem as suas riquezas e a força de sua gente”. O secretário reconheceu a dificuldade de se resolverem os problemas das pistas de pouso clandestinas que, segundo estimativas do Ministério da Aeronáutica, já chegam a cerca de mil — 108 só na área dos ianomâmi.

A operação Selva Livre, desenvolvida pelo Governo, é um dos instrumentos adotados para minimizar o problema, com a explosão ou ocupação dessas pistas, principalmente as localizadas na área dos ianomâmi. De acordo com avaliações oficiais, disse Leoni, essas pistas clandestinas têm servido ao

garimpo ilegal, ao contrabando de minerais e ao narcotráfico.

O secretário afirmou, ainda, que há cerca de 60 organizações identificadas na área da Amazônia e algumas delas são, de fato, de origem estrangeira, onde têm sido encontradas pessoas “nem sempre claramente sintonizadas com a causa missionária efetiva”. Por este motivo, ele avalia que algumas dessas missões podem estar servindo como abrigo para ações “que colidem com os interesses nacionais”. Nesse sentido, afirmou Leoni, o Governo vem dedicando especial atenção a essas missões, “procurando aprofundar as suas avaliações sobre a atuação e os propósitos reais de cada uma delas”, embora reconheça, em tese, que “prestam serviços meritórios, sobretudo à causa indígena, e, em consequência, ao País”.